



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003933-23.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**  
 Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**  
 Requerido: **Adonis Augusto Beltrame Guinami - Me**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** ajuizou ação de consignação em pagamento contra **ADONIS AUGUSTO BELTRAME GUINAMA – ME**, alegando que firmou com a União Federal, convênio para execução da implantação do Complexo da Praça dos Esportes e da Cultura. Afirmou que a requerida foi contratada para realização dos serviços, porém, por oportunidade do pagamento, apresentou nota fiscal com valores unitários diversos dos constantes no orçamento. Em razão desses fatos, requereu a retificação da nota fiscal, o que não foi realizado pela requerida, assim pleiteou o depósito do valor de R\$ 7.835,88 e ao final a procedência da ação, declarando-se extinta a obrigação de pagamento. Com a inicial vieram os documentos.

Efetuada depósito, a requerida foi citada e, apresentou contestação.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Inicialmente, defiro a gratuidade da justiça à requerida.

No mais, conforme constata-se às fls. 41/42, a requerida concordou com os valores aqui depositados, pleiteando seu levantamento.

Posto isso, julgo **PROCEDENTE** e declaro quitada a dívida referente a nota fiscal nº 00044. Com o trânsito em julgado, o valor aqui depositado ficará a disposição da requerida para seu levantamento.

Pela sucumbência, arcará a requerida com as custas, despesas processuais desembolsadas pela autora, bem como honorários de seu patrono, que fixo em R\$ 500,00, (quinhentos reais), observando ao contido no artigo 90, § 4º do CPC, ressalvada a gratuidade.

Não presentes as hipóteses legais, afasta-se a litigância de má-fé. Dispensa-se a remessa necessária. Oportunamente, arquivem-se.

P.I.C

Araraquara, 18 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**